

Gabinete do Conselheiro Mário Goulart Maia

MEMÓRIA DE REUNIÃO

GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 291/2022 – realização de estudos e elaboração de propostas com vistas à formulação de ato normativo para a instituição da Política Nacional Judiciária de Atenção à Pessoa Idosa e suas interseccionalidades – **SEI 07967/2022**

Data: 16/3/2023

Horário: 14h30

Local: Teams

Participantes:

Nome	Órgão
Monize da Silva Freitas Marques	Juíza TJDFT – GT
Alexandre Alcantara	Promotor de Justiça MPCE - GT
Lívia Cristina Marques Peres	Juíza auxiliar CNJ – GT
Otávio Castello	Médico Geriatra e perito – GT
Allan Roberto Vieira Coutinho	Defensor Público da União – GT
Jovino Bento Júnior	Defensor Público da União – GT
Andrea Sobral de Barros	Servidora Gabinete Cons. Mário Maia - GT
Isabela Zorzanelli	Estagiária Gabinete Cons. Mário Maia

1. PAUTA:

- Apresentação dos novos integrantes do GT e contextualização do trabalho desenvolvido.
- Definição de próximas etapas e prazos.

2. PONTOS DEBATIDOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Apresentação dos integrantes;
- Esclarecimentos quanto ao escopo dos trabalhos do GT: elaboração de cartilha simples e acessível; proposta de política judiciária de atenção à pessoa idosa;
- Informações quanto ao atual estágio de desenvolvimento dos produtos e quanto ao andamento da pesquisa conduzida pelo DPJ;

Gabinete do Conselheiro Mário Goulart Maia

- Dr. Alexandre destacou a importância do tópico relacionado à prioridade processual e mencionou a possibilidade de definição de metas e objetivos para a gestão de uma política de prioridade; lembrou o exemplo do TJRS, que fixou um prazo razoável para o julgamento de processos que envolvam pessoas idosas;
- Dra. Monize ressaltou que no sistema PJe a prioridade é automática;
- Registrou-se a necessidade de estudar a possibilidade/pertinência de disposição que contemple a criação de juizados especializados para processos com pessoa idosa como vítima de violência (previsão no estatuto do idoso);
- Ressaltou-se a necessidade de definição quanto ao formato do evento de lançamento da cartilha e da política, previsto para ocorrer no dia 15 de junho, a fim de reservar as agendas dos integrantes do GT, bem como expedir ofícios para as autoridades que serão convidadas (sugestão de convidar o ministro dos direitos humanos e o secretário nacional dos direitos da pessoa idosa);
- Dra. Lívia indicou como ponto importante que deve constar na cartilha: entendimentos quanto à hipossuficiência da pessoa idosa;
- Acerca da apresentação de resultados da pesquisa ao GT, Dra. Lívia mencionou que somente será viável no final de abril;
- Dra. Monize lembrou a necessidade de atentar para as orientações contidas no Guia de Gestão de Política Judiciária Nacional, compartilhado com o grupo de whatsapp;
- Registrou-se que o documento que está sendo construído coletivamente foi compartilhado no grupo e que a intenção é concluir a cartilha dentro do período de 1 mês e a proposta de política dentro de 2 meses;
- Deliberou-se por retomar o cronograma de reuniões quinzenais.